

NOTA À IMPRENSA

Câmara aprova Prestação de Contas de 2008

Em reunião realizada no dia 22 de Abril, a Câmara Municipal de Sines aprovou, por maioria, a Prestação de Contas de 2008.

A apresentação das contas foi acompanhada da certificação legal e relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), que propôs a sua aprovação, face à demonstração verdadeira e apropriada que nela se faz da posição financeira do município.

Execução orçamental e saldo de gerência

No que respeita à execução orçamental, os valores realizados durante 2008 ficaram aquém do valor orçamentado (51 milhões 170 mil e 221 euros).

Verificou-se uma execução de aproximadamente 44% da receita, sendo que na rubrica corrente a execução foi mais significativa que a receita de capital, com 77% e 13%, respectivamente.

A despesa global apresentou uma execução de 44% e, à semelhança do que aconteceu com a receita, também a despesa corrente teve uma execução mais significativa (68%) que a despesa de capital (23%).

As contas apresentaram um saldo de gerência positivo de 16 mil 837 euros, menor que o de 2007, mas cumprindo os imperativos legais.

Receita

Na análise da estrutura da receita, constatou-se uma diminuição nas receitas em impostos directos (-17,35%), o que comprova, do ponto de vista da maioria do Executivo municipal, não ter o município de Sines espaço para a redução das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões e derrama aplicadas, nem dispensar a participação municipal no IRS arrecadado pelo Estado, que ficou pelos 484 mil e 240 euros.

“Este valor do IRS não chegou para pagar as despesas ao nível do pré-escolar e 1º ciclo que o Fundo Social Municipal não cobre. O fundo representa menos de 30% do que a CMS investe ao nível das despesas que deveriam ser pagas por ele”, esclareceu a vereadora Carmem Francisco, responsável pelas Finanças municipais.

Nos impostos indirectos houve um aumento de cerca de dois milhões de euros, que correspondeu a uma situação pontual de pagamento de compensações pela não realização de estacionamento, espaços verdes e equipamentos em loteamento da aicep Global Parques.

Despesa e investimento

O investimento municipal mantém-se a níveis semelhantes aos de anos anteriores, tendo 2007 sido um ano excepcional pela aquisição dos 124 fogos e recebimento de participação do



MUNICÍPIO DE SINES

IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e recurso a empréstimo para esse efeito, que fez subir o investimento nesse ano.

“Sublinhe-se que o conceito de ‘investimento’ nos termos da contabilidade pública corresponde quase exclusivamente a ‘betão’. A Câmara Municipal de Sines considera fazer um investimento substancial no desenvolvimento social, cultural e económico do município, através de programas e acções cuja realização implica despesas correntes, mas que não podem ser ignoradas como investimento. Sublinhe-se ainda que o peso das transferências do Orçamento de Estado e até dos fundos comunitários no investimento é relativamente baixo”, assinalou Carmem Francisco.

As despesas com pessoal consideradas para efeitos dos limites legais mantiveram-se com valores idênticos a 2007 e muito abaixo dos valores máximos estipulados pela lei.

Para colmatar necessidades de recursos humanos, a CMS aumentou, face ao ano anterior, o número de entradas para o quadro, tendo o número de novos contratos sido mantido. Houve também um aumento da qualificação do pessoal da autarquia, com o aumento sustentado do número de licenciados.

Dívida

Relativamente ao endividamento em 2008, verificou-se uma diminuição, tanto no curto como no médio e logo prazo, tendo sido cumprida a necessidade legal de reduzir 10% do endividamento líquido em 2008, face a 2007.

Registou-se em paralelo um aumento do grau de liquidez, ou seja a capacidade de pagar dívidas de curto prazo.

“A situação da dívida será melhorada com o recurso ao Programa da Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado, que permitirá, em 2009, pagar mais de 11 milhões de euros em facturas, regularizando todas as situações de dívidas a fornecedores. Através do recurso a este programa, a CMS assume ainda o compromisso de reduzir prazos de pagamento, que serão de 184 dias para o ano de 2009, reduzindo progressivamente, entre 15 e 25%, nos anos seguintes”, diz a vereadora das Finanças. “O processo foi remetido para o Tribunal de Contas e logo que seja visado serão efectuados os pagamentos das facturas em atraso”, acrescenta.

Note -se ainda que o peso da dívida do Estado no valor das dívidas à Câmara foi de 65%.

Melhoria dos serviços contabilísticos

No que diz respeito à qualidade dos serviços, refira-se que o Anuário Financeiro das Autarquias, editado pela Câmara do Técnicos Oficiais de Contas, de 2007, colocou Sines na 2ª posição das autarquias com maior grau de implementação do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, demonstração da transparência e fiabilidade da organização do município ao nível da contabilidade.

Registou-se ainda uma melhoria nos procedimentos dos serviços da Divisão Financeira, em colaboração com os restantes serviços municipais, designadamente ao nível do Aprovisionamento (foram feitas duas contagens de existências, reorganizados e codificados os espaços de armazém e definidos materiais de stocks e stocks mínimos), Património (registos de imobilizado) e Gestão Financeira (melhoria do controlo interno quanto aos montantes



MUNICÍPIO DE SINES

arrecadados em cada posto de cobrança e novos procedimentos com Fundos de Maneio), com reflexos positivos nas contas da autarquia. Ao nível da Tesouraria, deu-se início ao pagamento por transferência bancária.

O Relatório de Gestão da Prestação de Contas de 2008 pode ser consultado no site municipal www.sines.pt (Autarquias > Governação Municipal).

SIDI/PM/2009-04-27

Recursos adicionais na área Actualidade > Gabinete de Imprensa do site municipal,
www.sines.pt.

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email sidi@mun-sines.pt ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).